



# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

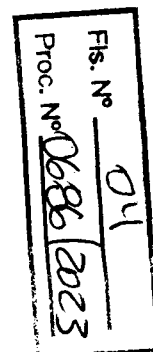
ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

**P R O C U R A D O R I A - G E R A L**

Barueri, 11 de abril de 2023.

**PARECER JURÍDICO**

015/2023



De: Procuradoria Geral.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação,  
Comissão de Educação e Comissão de Segurança Pública.

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 016/2023.

Autoria: RODRIGUES MARQUES FIGUEIREDO.

Dispõe sobre:

***“INSTITUI O PROGRAMA BOTÃO DO PÂNICO NAS ESCOLAS”.***

## Considerações iniciais

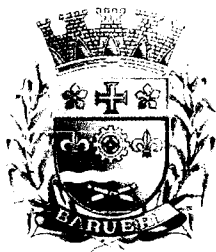
Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Nobre Vereador Rodrigues Marques Figueiredo que pretende instituir o Programa Botão do Pânico nas Escolas.

É inconteste competir ao município proporcionar segurança e manter a incolumidade física dos alunos mantidos nas escolas públicas municipais.

A relevância do empenho municipal na manutenção da segurança dos alunos e profissionais envolvidos na educação municipal salta aos olhos quando começam a surgir de forma quase generalizada pelo país episódios de violência nas escolas, que terminam com alunos e professores feridos, quando não mortos por “psicopatas”.

Assim, para garantir a segurança dos alunos e dos profissionais envolvidos com a educação municipal, medidas mitigadoras de violência devem ser adotadas, seja para impedir o acesso de criminosos às escolas, seja para restringir ao máximo os resultados de eventuais crimes cometidos nos estabelecimentos educacionais do município.





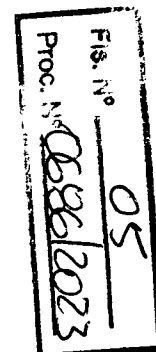
# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA - GERAL

Deste modo, ampliar e facilitar o contato entre as unidades escolares com os órgãos de segurança, para que, em caso de emergência, o socorro aconteça de forma mais célere, é de interesse local, pois concorre com outros instrumentos atinentes à segurança pública, voltados tanto para acabar com a violência quanto para reduzir as consequências de eventuais ilícitos praticados.



### Da competência legislativa concorrente

Imperioso registrar que o projeto não versa acerca daquelas matérias de iniciativa reservada ao Prefeito, porquanto não se trata de qualquer incursão na gestão ordinária administrativa a ele incumbida com exclusividade, assim como não provoca aumento de despesas da Administração.

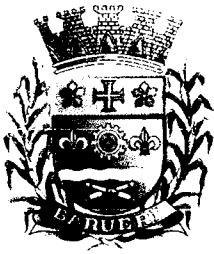
Portanto, o nobre vereador, autor desta propositura, atua dentro de sua esfera legislativa, tendo em vista que maneja projeto contendo matéria de iniciativa geral, comum a todos os titulares da competência legislativa municipal, não havendo usurpação da competência legislativa do executivo.

### Considerações finais

Portanto, referido projeto atende aos requisitos legais de competência (artigo 13, inciso I, alínea 'd' artigo 15, inciso II, ambos da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigo 58, 'caput' da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo ser observado o processo legislativo a seguir:

- a) Parecer da Comissão de Justiça e Redação (artigo 50, § 1º, do RI);
- b) Parecer da Comissão de Educação (artigo 50, § 4º, do RI);
- c) Parecer da Comissão de Segurança Pública (artigo 50, § 6º, do RI);
- d) Discussão Única (artigo 47, da LOMB e artigo 173, §2º, do RI);





# Câmara Municipal de Barueri

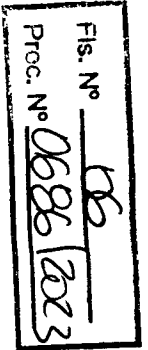
Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA - GERAL

- e) Quórum: maioria simples dos membros da CMB presentes (artigo 51 da LOMB e artigo 184, inciso I, § 1º, do RI).
- f) Votação simbólica (artigo 189, inciso I, do RI);

Sugere-se, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.



S.M.J., este é o parecer e o entendimento desta Procuradoria Geral.

  
**LUCAS RAFAEL NASCIMENTO**  
Procurador-geral da Câmara  
OAB/SP nº 264.968

A Secretaria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, DÁ-SE POR CIENTE dos termos deste Parecer.

  
**MARCOS PEREIRA DA SILVA**  
Assessor da Secretaria-geral

